

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília Class.: CIMI

Data 25/07/93 Pg.: 719

Mistura religiosa é um paradoxo

Dentro do princípio filosófico emanado da Conferência de Medellín, em 1968 e reiterado em 1992 pela Conferência de São Domingos, os 200 missionários do Cimi estão enfrentando um paradoxo: como administrar a questão do cristianismo assumido por várias comunidades indígenas brasileiras, com a perspectiva libertadora das conferências de respeito às culturas e reconhecimento das religiões indígenas?

Esse é um questionamento que a assembleia do Cimi fará no decorrer de seus trabalhos, que se prolongarão até o dia 30 de julho, em Goiânia. Tendo abandonado a catequização religiosa tradicional sobre os índios, dando-lhes a liberdade de manterem seus cultos e deuses, os padres católicos do Cimi têm observado uma contradição. Os índios que já passaram por um processo de aculturação religiosa não conseguem mais adaptar-se aos hábitos e culturas antigos, preferindo misturar sua religião com a Católica.

"Eles reclamam se não lhes damos os sacramentos, como batismo, comunhão, casamento religioso etc., considerando a nova prática missionária de não imposição do catolicismo, como uma discriminação contra eles", atestou Gunther Loebens. Essa "inculturação e esse diálogo intra-religioso" é uma das prioridades a ser vista na assembleia.

Causa tem apoio de 200 missionários

Criado em 1972 por missionários dedicados à causa indígena e preocupados com o extermínio dos índios, o Cimi está atualmente estruturado em 11 regiões, com cerca de 70 equipes e 200 missionários.

Com uma postura crítica à falta de política indigenista dos governos militares e uma posição de confronto com a ditadura, o Cimi foi perseguido nas áreas indígenas, não só pelo governo, como também por fazendeiros e mineradoras com seus interesses ameaçados e prejudicados.

Presidido atualmente pelo bispo de Registro (SP), dom Aparecido José Dias, o Conselho Indigenista Missionário não tem mais uma atitude de conflito com a Funai, atuando os dois órgãos em causas comuns, como a demarcação das terras indígenas.

Sua luta atual é contra o projeto Calha Norte nos moldes em que se encontra estruturado, pela aprovação de um novo Estatuto do Índio, e pela manutenção das conquistas em favor dos povos indígenas, obtidas na Constituição de 1988. No entender do Cimi, as forças conservadoras do País querem abrir à exploração de minérios os territórios indígenas, para o capital nacional e estrangeiro. (Z.A.)